

# ASPECTOS PROCESSUAIS DA NOVA LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO

Athos Gusmão Carneiro

Juiz de Alçada

Prof. de Dir. Processual Civil da U.F.R.G.S.

Em 1º de janeiro de 1977 entrará em vigor a Lei 6.367, de 19 de outubro do corrente ano (publicada na íntegra no Diário Oficial da União, de 21.10.76), dispondo sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, com expressa revogação das disposições em contrário, 'especialmente o Decreto-Lei n. 7.036, de 10 de novembro de 1944, e a Lei n. 5.316, de 14 de setembro de 1967' (art. 22).

No plano processual, várias e importantes são as modificações trazidas à ação acidentária; a um primeiro, e ainda necessariamente apressado e superficial, juízo crítico, apresentam-se tais alterações como adequadas a uma melhor composição dos interesses em lide, do acidentado buscando mais favorável compensação patrimonial a seu infortúnio, do INPS visando obrigarse apenas pelo legalmente devido.

A nova lei, com adotar o rito sumariíssimo para a ação acidentária (art. 19, II), pôs de lado todas as normas procedimentais específicas referidas no art. 15, da revogada Lei 5.316. Aplicar-se-ão, pois, doravante, os preceitos do C.P.C., sem distinções outras que as decorrentes, segundo o próprio Código, da

circunstância de o réu (sempre e apenas o INPS) ser entidade de natureza autárquica, processualmente equiparada à União Federal.

Cessou pois, em primeiro lugar, a exigência da prévia exaustão das vias recursais da previdência social, matéria altamente polêmica mesmo após editado o decreto regulamentador do procedimento administrativo (Dec. 71.037, de 29.8.72) e após a manifestação do Pretório Excelso (S.T.F., 1ª Turma, R.E. 80.699, D.J.U. de 5.5.75, p. 2.895) entendendo exequível e constitucional tal exigência face à citada regulamentação. Os tribunais locais, no entanto, encontravam razoáveis e compreensíveis motivos de contornar a exigência, ou de restringir-lhe o âmbito de aplicação, e assim também o Tribunal de Alçada do R.G.S.

Vigente a nova lei, os acidentados insatisfeitos pelo INPS em suas pretensões poderão tranquilamente optar, ou pelo recurso na via administrativa 'segundo as regras e prazos aplicáveis às demais prestações previdenciárias' (revogado, assim, o Decreto 71.037?), ou pelo imediato ingresso nas vias judiciais 'pela Justiça comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios,

segundo o procedimento sumaríssimo' (art. 19, I e II).

Sob o rito sumaríssimo, o INPS — único réu possível na ação acidentária — será citado para estar presente à audiência de instrução e julgamento, prevista no art. 276, do C.P.C., e *em audiência* deverá oferecer sua defesa escrita ou oral e produzir prova; segue-se a tentativa conciliatória, nos limites da disponibilidade.

Ponto relevante é o de saber se o INPS deve ser citado com a anterioridade de dez dias prevista no art. 278, ou se de *quarenta dias* pela aplicação do disposto no art. 188, do C.P.C.: 'Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público'. A jurisprudência, inclusive de nosso Tribunal de Alçada, no sentido da inaplicabilidade do art. 188 às ações acidentárias, fundou-se na circunstância de a atual Lei 5.316 (art. 15, § 6º) fixar prazos específicos para a prática dos diversos atos processuais ('Julgados do T.A.R.G.S.', 16/443, 16/445). Já agora, com a remessa ao procedimento sumaríssimo e ao sistema geral do Código, referido entendimento tornou-se superado.

De outra parte, há considerar que a norma do art. 188 não apenas abrange as entidades de natureza autárquica (T.A.R.G.S., Agravo 13.009, ac. de 10.8.76, de que fomos relator; Moniz de Aragão, 'Coments. ao C.P.C.', Forense, II/n. 130, 2ª ed.), como, ainda, o INPS goza 'das regalias, privilé-

gios e imunidades da União, inclusive no que se refere aos seus bens, serviços e ações' (Dec. 77.077, de 24.1.76, art. 184, III — C.L.P.S.).

Por idêntico fundamento, permanece o reexame necessário sempre que o INPS for sucumbente, isso não mais em virtude da expressa previsão do art. 15, § 5º, da Lei 5.316, mas diante da regra geral do art. 475, II, do C.P.C., que sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, Estado ou Município.

É mantida, na nova lei, a previsão de que a ação infortunística poderá ser intentada pelo acidentado diretamente ou por intermédio de advogado. Não se exclui, por certo — e é até altamente aconselhável — o ajuizamento através a substituição processual pelo Ministério Público, como Curador de Acidentes.

Caiu a regra (aliás, de duvidosa eficácia prática) de que as ações acidentárias terão preferência sobre as demais. Gozam, doravante, da mesma preferência concedida às demais ações sumaríssimas (C.P.C., arts. 281 e 550). Igualmente revogada a regra (Lei 5.316, art. 15, § 1º) de que serão sempre gratuitas quando vencidos os autores; nada obsta, no entanto, nos termos da Lei 1.060/50 seja deferido aos demandantes o benefício da assistência judiciária, que se recomenda deferível de plano quando acompanhada a inicial de comprovante de pobreza.

Para propor a ação, o acidentado (salvo melhor juízo) não ne-

cessita necessariamente submeter-se a prévio exame no Serviço Médico Judiciário (ou equivalente), sendo lícito instruir a inicial com qualquer prova idônea de seu estado de saúde, máxime atestados ou documentos emitidos pelo próprio INPS. A jurisprudência, em matéria infortunística, sói admitir o pedido genérico e até a possibilidade de o juiz reconhecer em favor do autor prestação superior à postulada na inicial ('Julgados do T.A.R.G.S.', 6/83), podendo inclusive, em reexame necessário, o Tribunal modificar a sentença em favor do acidentado (a respeito o ac. da 2ª Câm. Cível do T.A.R.G.S., in 'Julgados do T.A.R.G.S.', 17/300, Rel. o eminente Juiz Milton dos Santos Martins, com arrimo na Corte Suprema — R.T.J., 52/403 e em autorizada doutrina).

Com a inicial, o acidentado (ou seu dependente) apresentará rol de testemunhas, requerendo, se for caso, a perícia médico-legal. Em audiência, frustrada a conciliação, o juiz nomeará o perito, de preferência vinculado a estabelecimento oficial especializado (C.P.C., art. 434), e fixará prazo para a entrega do laudo, facultado às partes, de logo ou em cinco dias, indicar assistente técnico e apresentar quesitos (C.P.C., art. 421). O acidentado não estará obrigado, em princípio, a submeter-se a *dois* ou *três* exames médicos, mas sim a apenas *um* a ser realizado na data e lugar determinados pelo juiz ou pelo perito do juízo, cientes os assistentes. Desmerece admissão o sistema de o

INPS, diante do laudo do perito do juízo, lograr nova perícia através seu departamento médico e, pela divergência nas conclusões, ver a final deferida a designação de um terceiro experto. Há que observar o sistema do Código, buscando o magistrado compatibilizar a diligência probatória com a brevidade, característica essencial ao sumaríssimo. Experiência já longa revela que a excessiva demora no andamento de certas ações acidentárias resulta (quando não da apatia ou do acúmulo dos serviços forenses em algumas comarcas) das andanças e procrastinações na perícia médico-legal, agravadas com frequência pela real necessidade de o perito assessorar-se com colegas especializados ou requisitar exames complementares.

Não será demasia reiterar que, pela atual sistemática, a legitimação passiva na ação acidentária é sempre e só do INPS.

Legitimado ativo é o segurado da previdência social e seus dependentes, tal como definidos na legislação previdenciária, inclusive os trabalhadores temporários e avulsos, e os presidiários em trabalho remunerado (Lei 6.367, art. 1º, § 1º). A nova lei de acidentes do trabalho não se aplica aos titulares de firma individual, sócios dirigentes de empresas, aos trabalhadores autônomos e aos empregados domésticos, todos sujeitos, destarte, ao regime indenizatório do direito comum.

Aos trabalhadores rurais, sob a tutela da Lei 6.195, de 19.12.74, assiste o FUNRURAL como segurador de acidentes do trabalho.





Aos servidores públicos, civis e militares, inclusive autárquicos, garantidos por sistema próprio de previdência social, igualmente é inaplicável o regime da Lei 6.367 (C.L.P.S., art. 3º).

A circunstância de a empresa encontrar-se em situação irregular perante o INPS (até em condição de clandestinidade previdenciária) não subtrai ao acidentado direito algum perante a entidade seguradora; o INPS pode, isto sim, e deve,

aplicar à empresa faltosa as conseqüentes sanções. A Súmula 337, não perdeu atualidade: 'A controvérsia entre o empregador e o segurador não suspende o pagamento devido ao empregado por acidente do trabalho'.

Estas observações, lançadas após primeira leitura da nova lei, merecerão certamente em muitos pontos oportuna corrigenda ou retificações, à luz da experiência e da censura dos doutos.

